cinco anos, com muito boas informações de serviço, as funções de directores de campos de trabalho prisional.

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 25 de Junho de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 4 de Julho de 1969. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha.*

Direcção-Geral de Saúde e Assistência

Decreto n.º 49 103

Tendo em consideração que o problema das tripanossomíases animais ao sul do Save, na província de Moçambique, se tem agravado nos últimos anos e constitui hoje o problema sanitário mais grave dos Serviços de Veterinária da província;

Considerando que por tal motivo a luta contra a glossina deverá ser executada pelos Serviços de Veterinária e orientada pela Secretaria Provincial que superintende nos organismos de povoamento e ocupação da terra;

Atendendo ao que a este propósito expôs o Governo-Geral de Moçambique;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. A Missão de Combate às Tripanossomíases de Moçambique, com a orgânica estabelecida no Decreto n.º 47 657, de 28 de Abril de 1967, passa a depender, transitóriamente, dos Serviços Provinciais de Veterinária, podendo o governador-geral, em diploma legislativo, tomar as providências necessárias para assegurar o funcionamento dos serviços.

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 25 de Junho de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 4 de Julho de 1969. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *J. da Silva Cunha.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Portaria n.º 24 157

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968, aprovar como normas definitivas os inquéritos I-810, I-811 e I-812, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

NP-742 — Recipientes metálicos estanques para produtos alimentares. Latas rectangulares para con-

servas de peixe. Características dimensionais, designação e marcação.

NP-743 — Recipientes metálicos estanques para produtos alimentares. Latas elípticas para conservas de peixe. Características dimensionais, designação e marcação.

NP-744 — Recipientes metálicos estanques para produtos alimentares. Latas redondas para conservas de peixe. Características dimensionais, designação e marcação.

Secretaria de Estado da Indústria, 4 de Julho de 1969. — O Secretário de Estado da Indústria, *Rogério da Conceição Serafim Martins.*

Portaria n.º 24 158

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968, aprovar como normas definitivas os inquéritos I-834 e I-835, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

NP-745 — Ferramentas exteriores para tornos com pastilhas de carbonetos metálicos. Dimensões.

NP-746 — Corpos de ferramentas para tornos e plainas. Secções e tolerâncias.

Secretaria de Estado da Indústria, 4 de Julho de 1969. — O Secretário de Estado da Indústria, *Rogério da Conceição Serafim Martins.*

Portaria n.º 24 159

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968, aprovar como normas definitivas os inquéritos I-838 e I-839, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

NP-740 — Metais. Números de dureza *Brinell* para ensaios em superfícies planas.

NP-741 — Metais. Números de dureza *Vickers*.

Secretaria de Estado da Indústria, 4 de Julho de 1969. — O Secretário de Estado da Indústria, *Rogério da Conceição Serafim Martins.*

Portaria n.º 24 160

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, aprovar como norma definitiva, com as alterações propostas no respectivo parecer e com o n.º NP-549, a seguinte norma provisória:

P-549 — Óleo essencial de alecrim português. Características.

Secretaria de Estado da Indústria, 4 de Julho de 1969. — O Secretário de Estado da Indústria, *Rogério da Conceição Serafim Martins.*